

SOBRE CLASSES E CONSERVADORISMOS NO BRASIL: Discutindo fragmentos

David Moreno Montenegro

RESUMO

O ano de 2015 foi atravessado por um conjunto de acontecimentos que indicam que o governo do Partido dos Trabalhadores (PT) assumiu feição mais conservadora na perspectiva de sua plataforma política. Do ponto de vista institucional, traço desse momento pode ser identificado na agenda política abraçada pelo governo federal que bloqueou qualquer ensaio progressista mais consistente, seja no campo das políticas sociais ou nas medidas econômicas. Além disso, os primeiros movimentos do segundo governo Dilma Rousseff corroboraram com esta guinada. Assim, ao falar em conservadorismo é necessário compreender o fenômeno tomando em conta sua perspectiva social mas sem deixar de lado sua dimensão econômica e de renda. A partir do fenômeno denominado “lulismo” pretendo, neste artigo, problematizar análises sobre os conservadorismos e suas posições cambiantes na dimensão social brasileira, apontando para a necessidade de uma recomposição das forças progressistas que orbitam no campo das esquerdas como condição para o fortalecimento de um polo de resistência que seja capaz de barrar possíveis retrocessos sociais e econômicos.

PALAVRAS-CHAVE: Lulismo, Conservadorismo, Classes Sociais, Resistência

ABOUT CLASSES AND CONSERVATISM IN BRASIL: Discussing fragments

David Moreno Montenegro

ABSTRACT

The year 2015 was crossed by a series of events that indicate that the government of the Labors Party (PT) took more conservative feature in perspective of its political platform. From the institutional viewpoint, the trace of that moment can be identified on the political agenda embraced by the Federal Government that blocked any more consistent progressive initiative in the field of social policies or economic measures. Besides that, the first movements of the second Dilma Rousseff's government corroborate to this shift. Thus, when speaking of conservatism, it is necessary to understand the phenomenon, taking into account the social perspective but without neglecting its economic size and income. From the phenomenon called "Lulism", I intend, in this article, to problematize some analysis of conservatism and their changing positions in the Brazilian social dimension, pointing to the need for a restoration of the progressive forces that orbit the left-wing fields as a condition for the strengthening of a resistance pole to be able to stop possible social and economic setbacks.

KEYWORDS: Lulism, Conservatism, Social Classes, Strength

Lulismo, pacto social e conservadorismo às avessas

Os primeiros anos do século XXI foram muito importantes em relação aos debates sobre a atual configuração de classes da sociedade brasileira bem como sobre as forças e os rumos da política nacional, temas que parecem ainda ocupar lugar de destaque nos últimos anos, sobretudo quando se trata de compreender os atuais movimentos da complexa conjuntura política nacional. Os anos de governo petista motivaram intensa produção teórica e interpretativa sobre o que significaram aquelas administrações para a sociedade brasileira, sentidos que ainda estão em disputa na *intelligentsia* nacional. Embora o marco político fundamental esteja situado na vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) em 2002, é relativo consenso que a consolidação eleitoral do ciclo petista se deu nos resultados alcançados por Lula e seus correligionários nas eleições presidenciais de 2006, como bem destacou Francisco de Oliveira, em seu artigo intitulado “Hegemonia às Avessas” (2010).

Para além da falta de contundência dos movimentos sociais na defesa de suas bandeiras, dos debates superficialmente travados em torno de questões tidas como relevantes pelas coligações em disputa, e da apatia que se abateu sobre parcela significativa do eleitorado brasileiro – fato perceptível quando se consideram os números: 8% dos votos foram brancos ou nulos, e 23% dos eleitores simplesmente não compareceram às urnas, demonstrando que para 31% do eleitorado o pleito e suas consequências não interessavam – consolidou-se, no Brasil, um modelo de dominação política que se ancorou em alianças partidárias precárias e marcadas pelo fisiologismo e conservadorismo, sem ideologia ou proposições programáticas quanto aos rumos do país, em que antigas políticas pautadas em programas de transferência de renda aliaram-se a sofisticadas estruturas financeiras que asseguraram os ganhos do capital aqui investidos.

Nesse sentido, a reeleição em 2006 do governo Lula significou para Chico de Oliveira o aprofundamento dos efeitos políticos desencadeados já no primeiro mandato, advindos da postura do presidente Lula e das principais figuras políticas do Planalto em cooptar lideranças do movimento sindical e dos movimentos sociais organizados, além de disseminar uma falaciosa paz social substanciada pela eliminação, em nível do discurso, do antagonismo de classes, disseminando uma falsa ideia de pacto social entre as classes, o que acabou por confundir o próprio governo em suas ações, dimensões que fazem Chico de Oliveira afirmar que “[...] Lula não tem objetivos, porque não tem inimigos de classe” (2010, p. 22). O saldo foi, de um lado, uma crescente despolitização

do tema das desigualdades sociais e da pobreza além de um tremendo avanço das políticas neoliberais no país e, por outro, a ascensão do líder maior do executivo a um *status* quase mítico, um homem que estaria acima do bem e do mal, não sendo possível de ser atingido pelas críticas correntes no mundo da política real.

A política compensatória conhecida como Bolsa Família, aponta Chico de Oliveira, constitui um elemento solidificador das bases da “hegemonia às avessas”, fenômeno ainda mal compreendido por diversos analistas da cena política, na medida em que o autor o entende como fenômeno novo, uma vez que não se confunde com nenhum dos grandes processos e práticas de dominação verificados no Brasil ao longo de sua história. Em primeiro lugar, esta forma de dominação não pode ser apontada como uma política patrimonialista porque o capital operado pelos gestores dos fundos de pensão estatais é, sobretudo, capital-dinheiro. Também não se confunde com o patriarcalismo, pois a economia não é doméstica e tampouco há um patriarca que exerce o poder de mando nas formas preconizadas por Gilberto Freyre. Do mesmo modo seria um equívoco, no entendimento de Oliveira (2010), entendê-la como manifestação residual do populismo, na medida em que o populismo

Foi uma forma autoritária de dominação na transição da economia agrária para a urbano-industrial. E o populismo foi – de forma autoritária, enfatize-se – a inclusão *sui generis* da novel classe operária, desbalanceando a velha estrutura de poder no Brasil e deslocando fortemente os latifundiários da base da dominação (p. 26).

Importante notar que nesse último ponto, Chico joga por terra importante crítica capitaneada pelos mais combativos setores conservadores de nossa política, além de significativas frações da esquerda à figura de Lula e sua atuação política. Disparando contra aqueles que enxergam o programa Bolsa Família como um projeto capaz de promover uma eficiente ascendência social, garantindo a inclusão das classes dominadas na política, como pensam os adeptos da revolução passiva como processo em curso no Brasil, Chico de Oliveira demonstra que esse tipo de engodo é provocado por uma verdadeira inversão que verificávamos no quadro político brasileiro.

Apesar da aparência de que as classes dominadas passaram a dominar no processo político, Chico de Oliveira chama a atenção para a funcionalidade dessa fantasmagoria para o sistema de reprodução capitalista, pois embora essas classes subalternas apresentem certo “direcionamento moral” que se dissemina na sociedade, essa dinâmica

encontra seu limite nas condições exigidas pelo processo de acumulação do capital, movimento que não pode ser perturbado sob hipótese alguma, mantendo-se intactas, portanto, as complexas estruturas de exploração da força de trabalho.

Ainda nesse sentido Chico de Oliveira assinala que coube às classes dominadas e populares a “revolução moral” – marcada no Brasil pela eleição de Lula e pela implantação do programa Bolsa Família, com seu par siamês, em perspectiva histórica e comparativa, na África do Sul, com a eleição de Mandela e a derrubada do regime de *apartheid* – enquanto às classes dominantes coube a manutenção das engrenagens exploratórias do sistema capitalista, que mesmo não constituindo mais, de forma consentida, o anteparo de reserva moral da sociedade, mantêm suas regalias e privilégios sociais e econômicos. Assim se deu o avesso do consentimento.

Não seriam, na visão de Oliveira (2010), portanto, os extratos de classe situados na base de nossa pirâmide genuinamente conservadoras, vez que foram esses que deram o passo decisivo para a abertura de caminhos que pudessem significar a transformação do país por vias democráticas, movimento que acompanhou a luta de setores da sociedade por mais justiça social e inclusão – reivindicações consagradas na Constituição Federal de 1988.

Pelo contrário, a força das elites econômicas em subsumir as aspirações verdadeiramente populares por mudanças estruturais, aliada ao engodo do discurso de formação de um pacto social pelo país de modo a amortizar as contradições historicamente arraigadas seriam os elementos que forjariam uma suposta sensação de paz social, porém às custas da manutenção de estruturas espoliadoras dos mais frágeis socialmente e permanência dos privilégios dos segmentos de classes superiores.

O cientista político André Singer (2012) ao se referir aos anos de governo petistas popularizou nos meios acadêmicos um termo específico para caracterizar a forma de seu governo: o fenômeno do lulismo. Em sua análise, este termo remete para um processo de realinhamento eleitoral, fenômeno observado a partir das eleições de 2006 que garantiram, desde então, a hegemonia eleitoral do governo do PT. As novidades seriam fundamentalmente duas: a primeira, que o PT conquistou a maioria dos votos entre as frações de classes mais pauperizadas; a segunda, que a fração dos mais vulneráveis, denominada por Singer (2012) de subproletariado, encontrou no governo do presidente Lula suas demandas e “programa”¹ representados.

¹ Vale a pena anotar a crítica feita por Armando Boito Júnior (2013) sobre a escolha do termo Bonapartismo por André Singer, inspirado no texto clássico “O 18 Brumário de Luís Bonaparte”, de Karl Marx, para

É nesse sentido que Singer considera que os governos do presidente Lula foram dotados de certo caráter Bonapartista, vez que o chefe do executivo assumiu posição que o projetava para além das clivagens de classe, pairando sobre as forças sociais mas ao mesmo tempo dotado do poder de arbítrio, mediando os conflitos de interesses. O que convém destacar é que Singer atribuiu ao governo do PT a responsabilidade pela construção do que denominou pacto social, condição fundamental para que pusesse em marcha um processo de reformismo fraco da sociedade brasileira, cujas mudanças sociais se dariam de maneira mais lenta, embora consistente, sem, contudo, apresentar propostas estruturais de mudança da sociedade que conflitassem com os interesses do grande capital.

Precisamente no momento em que o PT adensou sua presença eleitoral na frações de classe inferiores (subproletariado)², perdeu o apoio da classe média que teve sua confiança abalada, sobretudo pelos escândalos de corrupção denunciados no famigerado caso Mensalão. Para assegurar a manutenção do projeto popular o governo precisou compreender a mentalidade da classe que se constituía em sua base de apoio. Ou seja, foi necessário empreender mudanças modestas (reformismo fraco!) sem, por outro lado, arranhar os interesses do grande capital. Promoveu o atendimento parcial dos interesses materiais das classes menos favorecidas de forma branda com a garantia da manutenção da ordem, sem sobressaltos ou instabilidades.

Nessa perspectiva, os conflitos entre as classes estariam equilibrados, vez que os interesses dos “de baixo” seriam assegurados sem pôr em xeque o temor de instabilidades sociais e econômicas que marcam o caráter desses setores sociais, e, de sobra, sem ameaçar os privilégios dos donos do poder. Embora concorde com as críticas de Marcos Nobre (2013) ao destacar os poucos elementos analíticos mobilizados por Singer para caracterizar melhor as razões que fariam do subproletariado, em sua visão, uma fração de classe predominantemente conservadora, destaco o revés neste equilíbrio de forças que,

designar a forma como o governo do PT exerceu certa posição de árbitro na arena social. Singer (2012) afirma que o subproletariado (que ele compara ao campesinato francês do século XVIII) enxerga no governo petista seu *projeto* refletido. Ora, o autor também afirma que esta classe, em função de suas fragilidades e vulnerabilidades, não consegue representar a si mesma, dimensão que se objetiva na sua incapacidade de organização. Nesse sentido, Boito (2013) destaca que não pode haver Bonapartismo na medida em que uma fração de classe incapaz de representar a si mesma e que não demonstra poder de adentrar ao universo da luta de classes, não pode, por conseguinte, apresentar “programa” a ser defendido e incorporado por qualquer governo que seja. Ver: BOITO JR., Armando. O Lulismo é um Tipo de Bonapartismo? Uma crítica às teses de André Singer. **Revista Crítica Marxista**, n. 37, p. 171-181, 2013.

² Entre outras razões, Singer apontará como elemento fundamental a conjunção de três políticas: a ampliação dos programas de transferência de renda, a política de recomposição real do valor do salário mínimo e acesso facilitado ao crédito.

ao ver ruir seu “pacto de não agressão”, a classe média se torna a ponta de lança das insatisfações sociais que passaram a questionar a legitimidade do modo petista de governar, fazendo coro com os desideratos políticos das forças de oposição, essas sim profundamente conservadoras e, por vezes, reacionárias, que viabilizaram o impedimento do mandato da presidenta Dilma Rousseff em 2016.

Curiosamente, mesmo em face de pesados ajustes na economia, movimentos que mais atingem as camadas da população mais frágeis, aparentemente, são nas camadas médias³ em que o PT encontrou as maiores resistências ao seu projeto político. Em artigo recente, Ruy Braga (2015) apontou que o consentimento da era lulista tem dois aspectos: o primeiro, trata-se do consentimento passivo construído no seio das classes subalternas. Nesse sentido,

O *subproletariado semirrural* acantonado nos grotões foi beneficiado pelo Programa Bolsa Família (PBF), passando da extrema pobreza para a pobreza oficial. O *precariado urbano* deixou-se seduzir pelos aumentos do salário mínimo acima da inflação e pela formalização do mercado de trabalho com a criação de empregos. O *proletariado sindicalmente organizado* beneficiou-se do mercado de trabalho aquecido alcançando negociações coletivas vantajosas tanto em termos salariais quanto em benefícios trabalhistas (BRAGA, 2015, p. 47, grifos do autor).

³ Longe de enxergar alguma novidade no cenário político mais recente, Jessé Souza (2015) identifica na recente turbulência política que se encontra o país a partir do bloqueio de uma agenda política mais progressista, envolvendo, inclusive, o *impeachment* da Presidenta da República, certa repetição de sequências históricas já vistas na trajetória do Brasil. Como pano de fundo, aponta um debate enviesado que se desenvolve na intelectualidade brasileira há décadas e que se espraia pelos espaços de construção da opinião pública, incorporando certo maniqueísmo ao confrontar uma noção de Estado, em geral marcada pela pecha da ineficiência e maldição do patrimonialismo, seguido de seu oposto – o mercado –, este apontado como o templo das oportunidades e da *meritocracia*. A classe média assenta-se em seus privilégios historicamente enraizados, arrancados das camadas mais pauperizadas da população mediante a usurpação de seu *tempo de vida*, vez que às classes médias é garantido dispor de mais *tempo livre*, maior possibilidade de “‘incorporação do capital cultural’ indispensável no capitalismo moderno para o trabalho no mercado competitivo.” (SOUZA, 2015, p. 231). Os filhos das classes médias ingressam mais tardiamente no mercado de trabalho, assim podem se qualificar melhor e ocupar os principais postos de trabalho, projetar um futuro diferente do presente. Já os integrantes da *ralé*, a esses restam os trabalhos mais precários, degradantes e humilhantes, dimensão da vida material que também, por meio de muitas mediações, encontram ressonância numa individualidade marcada pelo sentimento de “indignidade”, de “inferioridade”. As classes dominantes, detentoras do capital econômico e controladora dos veículos de comunicação, manipulam os sentimentos e afetos de caráter conservador das classes médias de modo a “produzir” fatos políticos que desafiam a própria racionalidade enquanto traço das sociabilidades forjadas no capitalismo contemporâneo. Assim, fazem sobressaltar na vida comum os “aspectos demoníacos” da corrupção vinculada ao controle do Estado, lançando, ao mesmo tempo, sombras sobre seus próprios interesses privados (muitas vezes corruptos!) que se alimentam desse viés da formação da esfera pública brasileira, porém sem ser notado pelo crivo dual, seletivo das classes médias. A hipocrisia e o infantilismo predominam, na visão do autor, na reflexão de nossa sociedade sobre sua própria condição, perspectiva que empobrece o viés crítico que debilmente se mostra em nossas visões de mundo. Do subproletariado aos extratos médios da sociedade, a partir dessas chaves de leitura seriam nessas esferas onde residiria a concentração mais conservadora da sociedade brasileira, embora em gradientes diversos e com pesos políticos diferenciados.

Na outra ponta, Braga (2015) destacou a habilidade dos governos petistas em combinar concretamente os interesses da burocracia sindical, das lideranças de movimentos sociais e de setores médios intelectualizados, elementos que criaram as bases para o que denominou de *consenso ativo* cujo lócus foi o próprio aparelho de Estado. Isso se deu por meio da absorção de quadros do movimento sindical e lideranças de movimentos sociais às funções de assessoramento parlamentar, cargos ministeriais, chefias de empresas estatais. Parte ainda do aparelho burocrático sindical passou a integrar os conselhos de bancos públicos e os grandes fundos de pensão das estatais administrados como fundos de investimento.

Desse modo, surgiu um novo ator-chave na construção da arbitragem social do governo lulista formado por quadros antes identificados com as demandas sociais e populares, mas, agora, alçados à condição de administradores do Estado burguês inseridos diretamente nos movimentos do ciclo de acumulação do capital financeiro. Na visão de Braga (2015), este equilíbrio de forças ruiu juntamente com o aprofundamento da crise econômica que teve seu estopim em 2008, processo que fez virar fumaça os parques ganhos auferidos pelas classes populares em tempos de lulismo. Ademais, o consentimento passivo desfez-se, momento inaugurado pelos acontecimentos de junho de 2013. Vive-se, no país, o que o autor denomina de “pós-lulismo”, um tempo de transição no qual “[...] o velho ainda não morreu, mas o novo não tem força pra nascer [...]”. Em síntese, entramos em uma nova era da luta de classes na qual o centro da vida social deslocou-se para os extremos do espectro político.” (BRAGA, 2015, p. 49).

Referindo de modo específico ao início do governo do presidente Lula, sobretudo ao apresentar seu plano econômico para o país, Paulani (2010) destaca que o Partido dos Trabalhadores resolveu abraçar com toda força o receituário ortodoxo da política econômica conduzida até então no Brasil desde os anos 1990. O discurso oficial de seu governo foi catastrofista, alardeando que caso não se tomassem medidas duras e de austeridade no plano econômico, todo o projeto de caráter mais social apresentado como plataforma política seria inviabilizado. Foi decretando de forma “branca” um verdadeiro *estado de emergência* que Lula implementou uma política no campo da economia que foi eleito para mudar.

Convertendo a emergência num modelo de governo, o Partido dos Trabalhadores elevou as taxas de juros do país ao mais alto patamar do planeta; aumentou os repasses

de dinheiro público para pagamento da dívida pública; elevou o superávit primário; alterou regras da previdência social quebrando os parâmetros de solidariedade do sistema (PAULANI, 2010). O anos de governo Lula representaram a consolidação do Brasil enquanto *plataforma de valorização do valor com dominância financeira*. Cabe ressaltar que este modelo foi aprofundado de modo concomitante com uma política de conciliação de classes, capaz de amaciar os conflitos sociais, que retirou do centro do debate público questões referentes às profundas desigualdades que marcam a sociedade brasileira, operando, dessa maneira, uma política econômica de não enfrentamento e ataque aos interesses dos setores dominantes de nossa sociedade⁴.

Em busca de uma síntese improvável...

De um lado, para Singer o peso do conservadorismo estaria pendendo para as classes populares, movimento que seria o fiel da balança para qualquer governo que pretendesse empreender uma agenda minimamente popular, tendo em vista a necessidade de manter o equilíbrio entre as forças antagônicas em nossa sociedade. Divergindo desse diagnóstico, Oliveira aponta para o poder de dominação econômica e ideológico das classes dominantes capazes de forjar um “consentimento” (embora às avessas!) como forma de manutenção dos privilégios sociais historicamente consolidados, recaindo, desse modo, o conservadorismo, quando determinante, sobre as forças sociais ligadas às elites. Já Jessé

⁴ Numa perspectiva mais vinculada à dimensão econômica, Bresser-Pereira (2013) aponta que há, no Brasil, o fortalecimento cada vez maior, sobretudo a partir da redemocratização, do que denomina *direita liberal e dependente*. Esta ascensão se deve, principalmente, ao enredamento cada vez maior do Brasil nas tramas de uma agenda herdada da política econômica ortodoxa denominada “Novo Consenso Econômico”, perspectiva dominante nos EUA desde a década de 1990 e que, em sua visão, levou este país à crise econômica de 2008. O conservadorismo econômico defendido pelos principais agentes financeiros no Brasil, acabaria por inserir o país no terreno pantanoso de estagnação econômica, marcado por uma política de altas taxas de juros e câmbio superapreciado (embora possa flutuar *livremente* no mercado), ambas medidas que visariam garantir o *superávit* primário e o equilíbrio da inflação. Ora, na medida em que a busca pelo *superávit* e a política de câmbio se tornam reféns das metas de inflação, a procura por uma taxa de câmbio competitiva e equilibrada, bem como a formação de poupança para financiar os investimentos públicos tornam-se secundários frente aos demais compromissos assumidos pelo governo com agentes econômicos internos e externos. Isso se reflete, por exemplo, na utilização da dívida pública nacional como o principal e fundamental elemento de liquidez para o sistema financeiro nacional, ou, como aponta Miguel Bruno, como “[...] o principal eixo da acumulação rentista-patrimonial do período 1999-2008” (BRUNO, 2012, p. 83). Afinal, “é por meio dela que se garante liquidez ao sistema financeiro brasileiro, e se viabiliza a financeirização – a multiplicação dos ganhos financeiros através do uso de ‘inovações’ financeiras – principalmente de derivativos” (BRUNO, 2012, p. 83).

Souza, destaca que o conservadorismo está ancorado sobre os ombros da classe média, segmento marcado pelo conjunto de privilégios sociais historicamente construídos e mantidos às custas dos sacrifícios das classes inferiores, iludidos pelos discursos manipulados por uma elite ávida por manter seu poder e dominação social.

Como ponto comum podemos salientar a constatação de que vivemos tempos em que aparentam pairar brumas conservadoras sobre a sociedade brasileira, agora com contornos mais fortes, não obstante as diferenças em assinalar em quais setores, extratos ou frações de classe se pode perceber sua maior força. *Outrossim, nas análises é possível identificar que aspectos seculares de nossa sociedade como as desigualdades sociais, os privilégios de classe, a dominação ideológica e a ortodoxia econômica corroboram com o aguçamento de posturas que impedem o país de assumir uma inclinação política mais progressista*, quiçá, que aponte para perspectivas que questionem as estruturas de poder consolidadas.

Não obstante os diagnósticos nada animadores para os setores populares mais vulneráveis da sociedade, os prognósticos continuam em aberto, sobretudo quando se observa a desarticulação dos campos de resistência sociais, esfera em que podemos abranger, de forma genérica, movimentos sociais com pautas progressistas, setores mais aguerridos do sindicalismo e partidos de esquerda e centro-esquerda. Uma das arenas para este combate é o congresso nacional. Não são poucos os argumentos que apontam a atual configuração do congresso nacional como reflexo fiel da sociedade brasileira no atual momento que atravessamos.

Vejamos alguns números: dos 513 deputados apenas 51 são mulheres – apesar de representarem a maior parte da população brasileira. 410 deputados se declaram brancos (79,9%), enquanto apenas 22 se dizem pretos (4,3%) e 81 pardos (15,8%). Em relação à escolaridade, 411 deputados possuem curso superior (80,1%), enquanto segundo o TSE, menos de 4% dos eleitores possuem nível superior completo. Dos 513 deputados eleitos, 248 declararam à Justiça eleitoral possuir patrimônio superior a R\$ 1 milhão⁵. De todos os

⁵ A maior fortuna do novo Congresso é de Tasso Jereissati (PSDB-CE), que volta ao Senado. O empresário informou ter R\$ 389 milhões, o que representa mais de 80% do declarado por todos os 27 eleitos. *Dez partidos concentram 206 dos 248 deputados com patrimônio declarado à Justiça eleitoral superior a R\$ 1 milhão – PMDB (39); PSDB (32); PSD (24); PP (23); PR (18); PTB (16); DEM (15); PSB (15); PT (13); PDT (11)*. Para conferir essas informações ver: <http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/quase-metade-da-nova-camara-dos-deputados-sera-formada-por-milionarioes.html>. Acesso em: 03/02/2016.

deputados eleitos apenas um se declara homossexual.⁶ O perfil do parlamento é, portanto, formado por homem, branco, na faixa dos 50 anos, com formação superior, empresário e dono de patrimônio superior a R\$ 1 milhão.

Não há dúvida de que este não corresponde ao perfil das maiorias sociais no Brasil. Basta pensarmos que o agronegócio possui poder incontestável no atual parlamento, embora cerca de 70% de todos os alimentos consumidos no país provenham da agricultura familiar e das pequenas propriedades⁷. Então poderíamos nos perguntar: onde estão representados os interesses desses produtores do campo tão importantes para a soberania alimentar do país? Do mesmo modo poderíamos perguntar quem representa a grande massa de trabalhadores do setor de serviços, terceirizados, mercado de trabalho informal etc. A crise que ronda o atual sistema de democracia representativa há muito dá sinais de esgotamento, ou, pelo mesmo, de descompasso e incapacidade em apresentar respostas aos anseios manifestados pela sociedade brasileira de modo geral.⁸

Nesse sentido, a atual composição do parlamento e o avanço de pautas conservadoras que assumem destaque no cenário político nacional sem, contudo, receber combate efetivo de forças sociais capazes de bloquear este processo, parece revelar mais que suposta ascensão de certa *onda conservadora*. Propondo interessante chave analítica, o filósofo Vladimir Safatle nos vira ao avesso quando sugere -, no melhor estilo zizekiano -, que, ao contrário do que pensamos, podemos, na verdade, estar diante de um catastrófico fracasso e decomposição acelerada das forças que compõem o “campo das esquerdas”! “O chamado “campo das esquerdas” está preso atualmente entre a defesa de cadáveres e a fragmentação impressionante de seu discurso devido ao desinteresse em construir uma perspectiva de implicação geral”.

Aceitar o argumento da “onda conservadora”, segundo Safatle, apenas reforçaria nossa incapacidade em descobrir novos caminhos, realizar uma necessária autocrítica ou,

⁶ Fonte das informações obtidas na Revista Congresso em Foco/TSE. Ver: <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-face-e-os-numeros-do-novo-congresso/>. Acesso em: 03/02/2016.

⁷ Ver: Agricultura Familiar Produz 70% dos Alimentos Consumidos por Brasileiros. **Portal Brasil**, Brasília, 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 04 fev. 2016.

⁸ Cabe, aqui, lembrar que a irrupção das manifestações de junho de 2013 continuam guardando seus enigmas. Para além das interpretações díspares sobre a natureza e impactos dos eventos, parece constituir relativo consenso que lá estiveram representadas demandas sociais há muito reprimidas e que não vêm encontrando ressonância nas instituições do país.

como afirma nosso filósofo mais uma vez de forma provocativa... “Falar em onda conservadora é a melhor coisa que podemos fazer quando não sabemos o que fazer ou quando temos medo de fazer qualquer coisa”⁹.

Carpe Noctem!

REFERÊNCIAS

Agricultura Familiar Produz 70% dos Alimentos Consumidos por Brasileiros. **Portal Brasil**, Brasília, 24 jul. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2015/07/agricultura-familiar-produz-70-dos-alimentos-consumidos-por-brasileiro>> Acesso em: 04 fev. 2016.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. **As Razões Estruturais do Desajuste Macroeconômico**. Novos Estudos CEBRAP, Nº 102, julho, 2015.

BOITO JR., Armando. **O Lulismo é um Tipo de Bonapartismo?** Uma crítica às teses de André Singer. Revista Crítica Marxista, nº 37, 2013.

BRAGA, Ruy. **Contornos do Pós-Lulismo**. Revista Cult, Nº 206, outubro, 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **O Governo Dilma Frente ao “Tripé Macroeconômico” e à Direita Liberal e Dependente**. Revista Novos Estudos, Nº 95, março de 2013.

BRUNO, Miguel. Endividamento do Estado e Setor Financeiro no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. In: ALMEIDA MAGALHÃES, J.P. e outros. **Os Anos Lula: contribuições para um balanço crítico**. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

NOBRE, Marcos. **Imobilismo em Movimento: da abertura democrática ao governo Dilma**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Francisco; Braga, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). **Hegemonia às Avessas**. Economia, Política e Cultura na Era da Servidão Financeira. São Paulo: Boitempo, 2010.

PESSOA, Samuel. **A Crise Atual**. Novos Estudos CEBRAP, Nº 102, julho, 2015.

REIS, Thiago. Quase Metade na Nova Câmara dos Deputados Será Formada por Milionários. **G1**, Rio de Janeiro, 06 out. 2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/eleicoes/2014/blog/eleicao-em-numeros/post/quase-metade->

⁹ SAFATLE, Vladimir. A Falsa Onda Conservadora. **Folha de SP**, São Paulo, 25 dez. 2015. Disponível em:<<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml>> Acesso em: 25 dez. 2015.

[da-nova-camara-dos-deputados-sera-formada-por-milionarios.html](#)>. Acesso em: 03 fev. 2016.

SAFATLE, Vladimir. A Falsa Onda Conservadora. **Folha de SP**, São Paulo, 25 dez. 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/colunas/vladimirsafatle/2015/12/1722920-a-falsa-onda-conservadora.shtml> > Acesso em: 25 dez. 2015.

SARDINHA, Edson. A Face e os Números do Novo Parlamento. **Congresso em Foco**, Brasília, 01 fev. 2015. Disponível em: <<http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/a-face-e-os-numeros-do-novo-congresso/>>. Acesso em: 03 fev. 2016.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**: reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SOUZA, Jessé. **A Tolice da Inteligência Brasileira**: ou como o país se deixa manipular pela elite. São Paulo: LeYa, 2015.